

MARCELO CORREIA RIBEIRO
ADVOGADO

Presidente da Comissão Administrativa da
Caixa de Previdência e Abono de Família da Indústria
Têxtil (R^a Miguel Bombarda, Porto, tel. directo: 314669)

Fundação ^{ou} Cuidar o Futuro

R^a Eugénio de Castro, 290, hab. 41, Porto

696354 ou 694128 ou 319109

Memorando sobre os 3 documentos apresentados

- 1 Os documentos revelam que desde há dois anos os gestores das caixas de previdência vêm -sem sucesso ou, pelo menos, sem resposta (!) - o que é mais grave -insistindo em que lhes seja definido um quadro e uma carreira profissionais a que
- 2 julgam ter direito pelo simples facto de há cinco anos estarem à frente das instituições sem que alguma vez a sua actividade tenha sido alvo de reparo e, muito menos, de censura.
- 3 Acresce o facto de, tendo sido recrutados nas profissões liberais, tudo terem abandonado visto serem obrigados ao cumprimento de um horário completo.
- 4 Por diversas vezes o Governo, através dos responsáveis da Segurança Social, prometeu em reuniões públicas definir e resolver a situação deste grupo de pessoas. Ora tais promessas devem, no entender dos requerentes ser cumpridas muito embora o actual governo não seja propriamente constituído pelas mesmas pessoas. No entanto o Governo aqui mencionado é não a equipa que conjuntamente ocupa S. Bento mas o órgão de soberania que não pode ou não deve (em função dos valores de segurança que o direito tutela e protege) fazer tábua rasa de tudo o que anteriormente se passou. Aliás
- 5 foi a Sr^ª Eng^ª Maria de Lurdes Pintasilgo a autora e responsável política da instalação das comissões administrativas e foi no seu tempo de Ministra dos Assuntos Sociais que pelo menos 10 dos requerentes foram nomeados.
- 6 Os requerentes cumpriram, e bem, os deveres que lhes foram atribuídos Sinal disso mesmo é
- 7 não só o facto de a previdência (seg, social) nunca ser mencionada na imprensa --caso raro, senão único-- mas também

- 8 o facto de se estar a assistir a uma grandiosa recuperação financeira
9 e ainda o poder-se hoje falar da extinção das caixas e conseqüente se
pensar na criação de Centros Regionais de Segurança Social
- 10 Por outro lado todos os antigos presidentes de caixas, recrutados entre
os próceres do salazarismo são, por acto deste e dos anteriores gover-
nos, hoje, assessores.
- 11 Os requerentes querem:
- ou que se lhes diga com um mínimo de tempo que não servem
 - ou que selhes reconheça o estatuto de assessores tal como vem consi-
gnado no decreto 191-F/79
- 12 Para tanto os requerentes já tentaram pedir toda a espécie de audiên-
cias desde o Secretário de Estado ao Ministro e à Primeira Ministra.
- 13 A situação de incerteza e insegurança que é vivida pelos requerentes
é imoral, injusta e acarretou-lhes, até à data graves e importantes
prejuízos de ordem material moral e profissional.
- 14 Os requerentes não estão agarrados à mesa do orçamento como o carangue-
jo à pedra. Nem tal seria possível se soubermos que o ordenado que au-
ferem é, em termos líquidos, inferior à letra C da função pública ou mais
comezinhamente inferior ao da secretária particular de qualquer adminis-
trador das companhias de celulose do país! Mais:
- 15 de cada vez que um dos colegas dos requerentes pediu a demissão houve
frenéticos esforços para o dissuadir de tal modo o estado e quem o ge-
re sabe não dispor de quadros para o substituir.
- 16 Os requerentes através de uma comissão composta pelos presidentes das
caixas Têxtil, Indústria de Lisboa, Santarém, Assistência e Leiria estão
dispostos a encontrar-se com qualquer responsável, em qualquer altura
para discutir este problema. Apenas querem COMO É DE DIREITO ser ouvi-

dos.

- 17 Apesar de não oferecer dúvidas o direito dos requerentes a, pelo menos, uma resposta convirá lembrar que:
- já existe um decreto para colmatar lacunas legais que recobrem a situação dos requerentes;
 - já esteve pronto um decreto, durante a vigência do anterior governo, com efeitos semelhantes ao anterior (191-F/79) e que re solvia esta situação;
 - corre nos diversos departamentos do Governo o projecto de uma resolução do Conselho de Ministros para resolver esta e outras situações semelhantes: só que se duvida que ainda venha a ser discu tida e aprovada;
 - a solução para esta condição de membros de comissões administrativas há já 5 anos terá de ser fundamentalmente política e este Governo está, neste campo, absolutamente a vontade não só porque uma decisão favorável aos requerentes não prejudica ninguém mas também porque a concessão de um estatuto profissional abrangeria um leque alargadíssimo visto tratar-se de um grupo de pessoas com as mais diferentes opções políticas
 - tanto as comissões de trabalhadores das caixas como o sindicato da função pública e o movimento sindical se pronunciaram a favor da continuação das comissões administrativas onde elas estão em risco de cessar funções.